



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA

PROCESSO : 20232700200003 BPM 26547
RECURSO : DE OFÍCIO E VOLUNTÁRIO Nº 026/2024
RECORRENTE : AMAZONBIO – IND. E COM. DE BIODIESEL DA
AMAZÔNIA LTDA. E FPE.
RECORRIDA : FPE E AMAZONBIO – IND. E COM. DE BIODIESEL DA
AMAZÔNIA LTDA..
RELATOR : JULGADOR - ROBERTO VALLADÃO ALMEIDA DE
CARVALHO
RELATÓRIO : Nº 182/24/2ª CÂMARA/TATE/SEFIN
DADOS DA : DR.
INTIMAÇÃO inscrito na OAB/SP sob o nº e DR.
inscrito na OAB/SP sob o nº
com escritório profissional na Rua nº
andar, na cidade de Estado de

02 – VOTO DO RELATOR

A autuação ocorreu em razão do sujeito passivo se abster de recolher o ICMS devido por ocasião das entradas de sebo em seu estabelecimento industrial mesmo após encerrada a fase de diferimento dos produtos, conforme estipulado no Item 07 da Parte 2 do Anexo III ao RICMS/RO. Além disso, não houve a comprovação do atendimento ao inteiro teor da consulta tributária efetivada por meio do Parecer Nº 575/2019/GETRI/CRE/SEFIN.

Foram indicados para a infringência os art. 228 do RICMS/RO, c/c Anexo III, Parte 1, art. 13, § 1º, Inciso I, § 2º, c/c Parte 2, Item 07, Nota 1, Inciso II todos do RICMS aprov. pelo Dec. 22.721/18 e para a penalidade o artigo 77, inciso IV, alínea “a”, item 1 da Lei 688/96.

A autuada foi cientificada pessoalmente em 23/03/2023 conforme fl. 01, apresentou peça defensiva em 27/04/2023 (fls. 92-131). Posteriormente a lide foi julgada improcedente em 1ª Instância, conforme decisão às fls. 141-147 dos autos. A decisão singular foi notificada ao sujeito passivo em 20/12/2023, conforme AR YJ



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

743050992 BR, fl. 155. Foi apresentado Recurso Voluntário em 25/07/2016, fls. 166/183. O autuante trouxe sua manifestação fiscal, fl. 184 verso.

O Recurso de ofício versa que se tivessem todas as operações de saídas subsequentes alguma isenção ou não incidência, então o lançamento fiscal estaria correto e exigível. Não é o que se apresenta nos documentos acostados.

A legislação, de fato, prevê o “encerramento da fase de diferimento” na entrada do estabelecimento industrial, mas não será este o momento do pagamento. O “encerramento do diferimento” deve ser entendido que “até aqui”, no “momento da entrada (inclusive)”, o imposto é diferido. Ou seja, procedida a entrada da mercadoria/insumo, encerrou-se o direito de postergação do ICMS. A partir daí (nas saídas/operações subsequentes), o imposto deverá ser pago.

O autuante foi cientificado, fl. 148. Foi anexado a manifestação do autuante, fls. 149-152. Em resposta ao Recurso de Ofício interposto por julgador monocrático na DECISÃO IMPROCEDENTE Nº 2023/1/248/TATE/SEFIN, apresentamos as nossas considerações.

Foi apresentado Recurso Voluntário em 05/03/2024, fls. 164-174 que apresentou as seguintes alegações: da tempestividade, da breve síntese dos fatos, do prosseguimento do julgamento improcedente do AI as aquisições de sebo no momento do recolhimento do ICMS e do pedido.

É o breve relatório.

02.1 – DA ANÁLISE DOS AUTOS E FUNDAMENTOS DO VOTO

A exigência fiscal ocorre em razão da constatação de que o sujeito passivo deixou de recolher o imposto devido em relação ao encerramento do diferimento do ICMS sobre o produto SEBO usado em sua industrialização. A decisão singular de



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA

improcedência foi notificada via postal em 20/12/2023. O sujeito Passivo, também, apresentou Recurso Voluntário.

Recurso de Ofício trouxe que se tivessem todas as operações de saídas subsequentes alguma isenção ou não incidência, então o lançamento fiscal estaria correto e exigível. Não é o que se apresenta nos documentos acostados.

A legislação, de fato, prevê o “encerramento da fase de diferimento” na entrada do estabelecimento industrial, mas não será este o momento do pagamento. O “encerramento do diferimento” deve ser entendido que “até aqui”, no “momento da entrada (inclusive)”, o imposto é diferido. Ou seja, procedida a entrada da mercadoria/insumo, encerrou-se o direito de postergação do ICMS. A partir daí (nas saídas/operações subsequentes), o imposto deverá ser pago.

O autuante trouxe sua **Manifestação Fiscal** discordando da decisão Singular pois nobre julgador discorda do inteiro teor do Parecer Nº 575/2019/GETRI/CRE/SEFIN. Alega que “a resposta à consulta do contribuinte não foi satisfatória, nem esclarecedora. O diferimento pressupõe a existência de uma operação com dois requisitos mínimos: a ‘postergação de pagamento’ e a ‘substituição tributária’”. Adiante, alega que “houve equívoco interpretativo do Parecer GETRI.” (página 5, terceiro e quarto parágrafos)

De nossa parte, reiteramos o nosso entendimento de que o Item 21 da Parte 2 do Anexo III ao RICMS/RO, invocado pela defesa, confirma o fato de que a operação de saída interna do produtor para o estabelecimento industrial, no caso o do sujeito passivo, é amparada por diferimento. Ou seja, esse argumento não lhe beneficia. Esse comando serve para garantir ao produtor do sebo, sediado neste Estado, que ele não está obrigado a recolher ICMS nessas saídas internas, devendo fazê-lo somente nas saídas interestaduais.

Por sua vez, o item 07 que utilizamos para enquadrar a infração é muito claro quando determina, na Nota 1, Inciso II, que o diferimento se encerra quando ocorrer a entrada do sebo em estabelecimento industrial.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA

Logo, a nossa posição está amparada no Parecer N° 575/2019/GETRI/CRE/SEFIN, no sentido de que é devido o ICMS que não foi gravado nas etapas anteriores ao diferimento, no momento da entrada do sebo no estabelecimento do sujeito passivo. O artigo 13, § 1º, Inciso I, da Parte 1 do Anexo III determina a exigência do ICMS com base nas entradas ou recebimento dessa mercadoria.

O ICMS exigido no auto de infração não contempla as saídas sucessivas do combustível produzido a partir do sebo enquanto insumo, como quer fazer entender a defesa, mas sim sobre as operações antecedentes, nos termos do caput do Art. 13 da Parte 1 do Anexo III, conforme já discorremos em nosso relatório fiscal anexo.

Ressaltamos que o sujeito passivo deixou de comprovar o recolhimento do imposto devido e que também não apresentou contestação a essas exigências na fase de monitoramento fiscal, conforme atestado pelo colega auditor da 2ª DRRE – Ji-Paraná, (f. 04, PAT 20210020022643).

O Recurso Voluntario apresentou da tempestividade, da breve síntese dos fatos, do prosseguimento do julgamento improcedente do AI as aquisições de sebo no momento do recolhimento do ICMS e do pedido.

Diz que o Recurso é tempestivo. Explica a autuação e todo o procedimento adotado até aquele momento. A autuação foi declarada improcedente e foi apresentado Recurso de Ofício.

As razões expostas no Recurso de Ofício pela Recorrente não devem ser acolhidas, visto que nenhum argumento ou fato novo que pudesse modificar o entendimento de primeira instância foi apresentado.

A Recorrente utiliza como matéria prima o sebo animal como evidenciado no decorrer dos autos, razão pela qual o referido produto é adquirido para as operações industriais visando a produção do biodiesel.

As operações tributárias possuem de fato o diferimento, como estipula o item 07 sobre as sucessivas saídas do abate do gado bovino sendo ele sebo, ainda com saída com destino a consumidor final, ou seja, a própria empresa, não estando



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

de forma alguma fora do RICMS/RO – Lei 688 de 1996, sendo de controvérsia ao alegado pela Recorrida em seu recurso.

Não existe saída da mercadoria para outro ente da Federação a não ser para a própria indústria da AMAZONBIO que recebe a matéria prima, qual seja, o sebo animal e mediante processo de industrialização o transforma em biodiesel. Desta sorte, o recolhimento do tributo é na venda do produto final – biodiesel - e não na entrada do sebo animal. Tendo em vista todo o histórico demonstrado, ratifica a Recorrente que o prudente e correto a ser considerado é o item 21 da Parte 02, Nota 01, nº 1501 e 1502 ao RICMS/RO que traz a saída interna de sebo, na Nomenclatura Comum do Mercosul/ Sistema Harmonizado e de Codificação de Mercadorias – NCM/SH da Receita Federal, destinada a estabelecimento industrial localizado neste Estado de Roraima.

E toda a análise feita pelo Sr. Auditor Fiscal está mais do que incorreta, pois os artigos tratados acima, são de situações diferentes com interpretações tributárias e a atuação devendo seguir a raciocínio explanado.

Diante das funções seguidas e exercidas pela Recorrente, com todo o embasamento da lei vigente elucidada, o momento do recolhimento do ICMS é na venda do produto industrializado, qual seja o biodiesel, que corretamente foi recolhido no sistema.

Portanto, fica evidente a improcedência do Auto de Infração no valor exorbitante imposto, uma vez que foram apresentadas todas as razões de fato expostas e fundamentadas minuciosamente em primeira instância e de acordo com as normas.

Assim, a Recorrida reitera por completo as razões apresentadas em sua defesa administrativa, as quais foram acolhidas em primeira instância, requerendo a manutenção da improcedência do Auto de Infração.

À vista do exposto, a Requerente apresenta sua manifestação ao RECURSO DE OFÍCIO interposto, a qual deverá ser RECEBIDA, a fim de que seja



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

CONHECIDA, e, ao final, ACOLHIDA, no sentido de que seja mantida a r. decisão de primeira instância administrativa que JULGOU IMPROCEDENTE o Auto de Infração em epígrafe, posto que as obrigações acessórias da Peticionária foram cumpridas corretamente, de modo que as informações prestadas foram verificadas e conferidas pelo Fisco.

Entretanto, caso assim não entenda, o que se admite apenas por argumentar, requer que seja aplicada redução na respectiva multa, considerando que se trata de equívoco somente quanto ao preenchimento de obrigação acessória de acordo com a documentação comprobatória.

Requer, ainda, que todas as intimações decorrentes deste procedimento sejam realizadas na pessoa dos advogados

inscrito na OAB/SP sob o nº

Traz basicamente os mesmos argumentos da defesa em primeira instância.

A Representação Fiscal traz Parecer Fiscal contrária a Decisão Singular com os seguintes argumentos: o sujeito passivo como estabelecimento industrial recebe o SEBO de uma operação diferida promovida pelo frigorífico abatedor do animal. Aqui, a legislação determina no Inciso II, da Nota 1 do Item 7 da parte 2 do Anexo III do RICMS/RO **que o diferimento se encerra quando ocorrer a entrada do sebo em estabelecimento industrial e o sujeito passivo tem a obrigação tributária pelo recolhimento da operação anterior(diferida)** porque já sabemos que a operação de aquisição foi contemplada com o diferimento, bem como seu encerramento.

O sujeito passivo, nessa situação, deve pagar o ICMS DIFERIDO e lançar o pagamento efetuado a crédito em sua escrita fiscal para abater das vendas de BIODIESEL que realizar.



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

Saliente-se que, da forma explanada no parágrafo acima, o mecanismo débito e crédito estaria plenamente satisfeito, respeitando a não cumulatividade do ICMS.

Porém, como o sujeito passivo possui Regime especial, esse ICMS DIFERIDO que o sujeito passivo efetua o seu recolhimento na entrada do sebo não poderá ser aproveitado como crédito uma vez que o aproveitamento se dá, tendo REGIME ESPECIAL na modalidade de implantação, através de um crédito presumido de até o montante de 85% das saídas, não podendo aproveitar quaisquer outros créditos.

Mas, isso não quer dizer que, se não se pode aproveitar o crédito diferido recolhido por ter regime especial, não se deva pagar, ou seja, é justamente o contrário, o sujeito passivo deve pagar o crédito diferido na entrada porque, como já dito, a legislação assim o determina.

A PGE Fiscal apresentou Parecer provendo o Recurso de Ofício e opinando pela procedência.

Razões da Decisão

Esse Julgador para sacramentar a questão solicitou junto a Gerência de Incentivos Tributários e Estudos Econômicos – GITEC posicionamento sobre o benefício fiscal do sujeito passivo e sobre a cobrança do ICMS diferido do SEBO.

Foi trazido que o valor é devido mesmo que esta Gerência ainda não cobre a Empresa sobre os valores bem como não houve afetação ao seu benefício fiscal junto ao Estado.

Trouxe a informação que a Gerência de Tributação – GETRI emitiu o Parecer nº 575/2019/GETRI/CRE/SEFIN positivando o seguinte entendimento: Diante do exposto, em solução de consulta, tem-se que a inserção da redação do Decreto



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

nº 13.778/08 concedeu o diferimento ao remetente de sebo na operação com destino ao industrial.

Na entrada do estabelecimento industrial encerra-se o diferimento sendo exigido o lançamento do tributo devendo ser escriturado o valor do tributo no livro Registro de Apuração do ICMS nos termos do art. 665 do RICMS/RO, então vigente.

Em janeiro/2022, a Gerência de Fiscalização – GEFIS tendo por base o Parecer nº 575/2019/GETRI/CRE/SEFIN e as alterações promovidas pelo Decreto nº 13.778/08, para melhor orientar os procedimentos e rotinas dos monitoramentos e fiscalizações, solicitou estudo da legislação com objetivo de identificar possíveis alterações na sistemática de apuração e recolhimento do ICMS, bem como, o momento do encerramento do diferimento do produto sebo para as empresas com benefício fiscal.

Em resposta ao pedido da GEFIS, a GETRI emitiu o Parecer nº 62/2022/SEFIN-NCT com a seguinte conclusão:

Com base na legislação relacionada e no raciocínio jurídico acima exposto, conclui-se que, na presente data, inexistem mudanças na legislação tributária do Estado de Rondônia que tenham modificado a sistemática descrita no Parecer n. 575/2019/GETRI/CRE/SEFIN para apuração e recolhimento do ICMS diferido nas saídas internas de sebo destinadas a estabelecimento industrial, tampouco fundamento jurídico para modificar as conclusões nele entabuladas.

O auto de infração abrange os períodos de 2017 a 2021 por isso a legislação do diferimento abrange os antigo Regulamento e o novo a saber: art. 665 c/c o item 26 do anexo III do antigo RICMS/RO (Decreto nº 8.321/1998) e o item 07 do anexo III c/c o item 21 do anexo III do novo RICMS/RO (Decreto nº 22721/2018).



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA

O instituto do diferimento do tributo é mera técnica de tributação e efetivamente houve a incidência do tributo, apenas postergando, pois, o momento do pagamento.

A norma que prever aplicação do diferimento do tributo deve conter a abrangência, bem como o momento do seu encerramento para o efetivo pagamento do tributo.

Como esposado na legislação em apreço, ela define o momento do encerramento do diferimento do tributo **na entrada em estabelecimento industrial** (inciso II do item 07).

Deve, portanto, ser aplicado às operações com o produto sebo.

As sucessivas saídas dos seguintes subprodutos do abate do gado bovino, bufalino, suíno, caprino ou ovino: couro ou pele, em estado fresco, salmourado ou salgado, sebo, osso, chifre ou casco.

Nota 1.

Encerra-se o diferimento no momento em que ocorrer:

(...)

II - a entrada em estabelecimento industrial, exceto quando se tratar de couro ou pele para industrialização ou simples curtimento; (grifos nosso)

Assim, tendo a ação fiscal sido constituído nos termos e prazos legais, comprovada com documentos apresentados pelo fisco e não demonstrada provas de sua ineficácia pelo sujeito passivo.

As provas trazidas pelo autuante trazem certeza e liquidez ao título executivo. Restou provado que há necessidade de recolher o tributo glosado com a respectiva multa.

Em face de todo o exposto, respeitando os entendimentos em contrário, conheço dos Recursos de Ofício e Voluntários interpostos negando o provimento ao Recurso Voluntário e dando provimento ao Recurso de Ofício em sua



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA

totalidade. Reformo a Decisão proferida em Primeira Instância que julgou improcedente para procedente a autuação fiscal.

É como voto.

Porto Velho-RO, 24 de Março de 2025.

ROBERTO VALLADAO
ALMEIDA DE
CARVALHO:

Roberto V. A. de Carvalho
AFTE Cad.
RELATOR/JULGADOR/

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE

PROCESSO : 20232700200003 - E-PAT 026.547
RECURSO : DE OFÍCIO E RECURSO VOLUNTÁRIO Nº 026/2024
RECORRENTE : AMAZONBIO E FPE
RECORRIDA : FPE E AMAZONBIO
RELATOR : ROBERTO VALLADÃO ALMEIDA DE CARVALHO
REP. FISCAL : TELEMACO WALTER LEÃO GUEDES
PGE : EDER LUIZ GUARNIERI

ACÓRDÃO Nº 037/2025/2ª CÂMARA/TATE/SEFIN

EMENTA : ICMS – ENCERRAMENTO DO DIFERIMENTO – SEBO – ENTRADA NO ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL - OCORRÊNCIA – Restou provado nos autos que o sujeito passivo infringiu a Legislação Tributária ao deixar de recolher o tributo relativo ao sebo. O diferimento se encerra na entrada do Estabelecimento Industrial. Entendimento do parecer 575/2019 GETRI/SEFIN e parecer 62/2022 GETRI/SEFIN. Reforma decisão singular de improcedência para procedência do auto de infração. Recurso de Ofício e Voluntário conhecidos e Recurso de Ofício Provido e Voluntário Desprovido. Decisão Unânime.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os membros do **EGRÉGIO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE**, à unanimidade em conhecer dos recursos interpostos para negar provimento ao Recurso Voluntário e dar provimento ao Recurso de Ofício, reformando a decisão de Primeira Instância que julgou improcedente para **PROCEDENTE** o auto de infração, conforme Voto do Julgador Relator Roberto Valladão Almeida de Carvalho, acompanhado pelos julgadores Luísa Rocha Carvalho Bentes, Leonardo Martins Gorayeb e Dyego Alves de Melo.

CRÉDITO TRIBUTÁRIO ORIGINAL

FATOR GERADOR EM 18/03/2023 - R\$ 57.179.982,49

***CRÉDITO TRIBUTÁRIO PROCEDENTE DEVE SER ATUALIZADO NA DATA DO SEU EFETIVO PAGAMENTO.**

TATE, Sala de Sessões, 24 de março de 2025.

Fátima ~~Fátima~~ **Emanoel F. Caetano**
Presidente

Roberto Valladão Almeida de Carvalho
Julgador/Relator